



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

COLONIZAÇÃO, RAÇA, GÊNERO E CLASSE: considerações acerca da expansão capitalista na América Latina

ADRIANA DE OLIVEIRA SANTOS ¹
MAGALI DA SILVA ALMEIDA ²

Resumo: O presente trabalho tem o propósito de contribuir no debate acerca das determinações sócio históricas que aprofundam as desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo na América Latina. Entendemos a necessidade de analisar algumas particularidades para compreensão da totalidade social frente ao desenvolvimento do capital em sua face financeirizada e mundializada no século XXI no território. Neste sentido, raça, gênero e classe evidenciam-se na estruturação das relações de opressão e exploração no processo de expansão do capitalismo mundial. Analisamos o contexto da colonização e a conformação das relações de raça, gênero e classe como mecanismos estruturantes da acumulação e reprodução do capital.

Palavras-chave: Raça e Gênero; Classe; Colonização; Capitalismo, América Latina.

Abstract: The present work aims to contribute to the debate about the socio-historical determinations that deepen social inequalities in contemporary capitalism in Latin America. We understand the need to analyze some particularities to understand the social totality in the face of the development of capital in its financialized and globalized face in the 21st century in the territory. In this sense, race, gender and class are evident in the structuring of relations of oppression and exploitation in the process of expansion of world capitalism. We analyze the context of

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Da Bahia

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Da Bahia

colonization and the conformation of race, gender and class relations as structuring mechanisms of capital accumulation and reproduction.

Keywords: Race and Gender; Class; Colonization; Capitalism, Latin America.

1 INTRODUÇÃO

De maneira global, as crises econômicas estruturais e próprias do capital têm apresentado cada vez mais frequentes, revelando o esgotamento de um modelo econômico que busca novas tecnologias de exploração e opressão para reestruturação e manutenção das relações de poder nas sociedades capitalistas.

À medida que o crescimento “desigual e combinado” se amplia no capitalismo

contemporâneo, aumenta a necessidade de analisar e discutir os elementos que conformam os níveis de desigualdades sociais. Por isso, é necessário à compreensão das determinações sócio históricas que forjam a realidade concreta da América Latina e suas particularidades, para assim, melhor compreender a dinâmica social em sua totalidade.

Neste sentido, entendemos que o grande desafio da contemporaneidade é buscar estratégias e formas de enfrentamento dos mecanismos de opressão e exploração que o modelo econômico capitalista aprofunda e renova ao longo da história, com evidência em países colonizados no contexto da expansão capitalista europeia, como é o caso da América Latina.

Segundo Silva (2021), um dos principais elementos para expansão territorial e política europeia com a finalidade da expansão capitalista, foi a implantação de sistemas coloniais na nas Américas. Essa estrutura colonial providenciou a divisão racial e sexual do trabalho nas relações produtivas, forjando uma estrutura de subordinações e opressões como mecanismos de estruturação das relações sociais no capitalismo (GONZALEZ, 1984).

Dito isto, é importante demarcar na história, como esses elementos se estruturam e, como a partir deles, aprofundam-se as clivagens sociais amparadas por determinações de ordem racial, de gênero e de classe no contexto do desenvolvimento capitalista, tendo como enfoque o território latino-americano, enquanto espaço geopolítico de contradições, antagonismos de classe e conflitos na dinâmica socioeconômica e histórica.

Este trabalho é resultado de reflexões interseccionais de pesquisadoras negras vinculadas ao curso de pós-graduação em Serviço Social e das discussões compartilhadas no Observatório de Racialidade e Interseccionalidade - ORI, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (IPS-UFBA). Faremos alguns apontamentos sobre o processo de colonização europeia enquanto uma particularidade latino-americana, suas singularidades que constituem as sociedades que experimentaram o sistema de *plantation*.

Nestes termos é necessário explicitar a dinâmica da acumulação e reprodução do capital no território, considerando as múltiplas determinações, assim

como a necessidade de um escopo teórico que considere gênero, raça e classe na conformação das desigualdades e lutas sociais na América Latina.

Para fins de organização dos argumentos apresentados nesse texto, o dividiremos em duas partes: na primeira seção faremos um breve apresentação das tensões que envolvem a constituição da identidade do território, sobretudo a partir do pensamento crítico de Lélia Gonzalez (1988) e na segunda parte demonstrar como a América Latina enquanto território colonial e de manutenção da colonialidade, é constitutivo de elementos vivos da cultura afro-indígenas que promovem deslocamentos sob a mirada das classes dominadas.

2 AMEFRICANIDADE: UMA CATEGORIA ANALÍTICA SOB A MIRADA FEMININA DO SUL

Em escrito recente Almeida (2021) remete a uma formulação teórica de Lélia (1988), descrita no artigo “A categoria político-cultural de amefricanidade”, como um construto analítico do processo histórico de dominação colonial e resistências dos grupos colonizados que edificaram com seu trabalho escravizado e livre a América Latina, contribuindo para a elucidação do mito da democracia social que naturalizou o racismo à brasileira.

O ano de 1988, representou para os Movimentos Negros brasileiros um tempo de luta contra as estruturas de dominação e exploração da população negra, a farsa da Abolição, cujos efeitos perniciosos afetam os negros no Brasil, constituindo um terreno fértil para um das efemérides importantes do antirracismo brasileiro, que foi a Marcha Contra a Farsa da Abolição. Esse grande movimento de rua compôs com outras manifestações importantes à época, um conjunto de agendas importantes para a vida democrática brasileira, descortinando um ciclo de mobilizações emergentes das lutas pelos direitos sociais e políticos numa sociedade fortemente mobilizada contra ditadura e em franco processo de consolidação do Estado de Direito, sendo o marco principal a Constituição Cidadã de 1988.

Foi nesse contexto que Lélia Gonzalez recompõem novas bases teóricas para pensar o processo colonial das Américas do hemisfério sul e as

particularidades das formações sociais e a presença negra e indígenas na constituição das identidades, linguísticas, estéticas, gastronômicas, políticas e muitas outras expressões ideopolíticas e culturais. Assim, afiança Almeida (apud ALMEIDA, 2021, p. 174)

Lélia Gonzalez nos brinda com um jogo de palavras de enorme erudição teórica, política e epistêmica e nos apresenta o *modus operandi* das tecnologias do colonialismo, que, para servir ao capital /patriarcado e à supremacia branca, precisa negar os sujeitos subalternizados, mas, contraditoriamente, usufrui, silencia, oculta a cultura e a riqueza criadas, porém, não aproveitadas, pelos/as subalternizados/as, acionando o racismo como arma colonial de dominação. O Brasil é uma América africana, cuja latinidade, por inexistir, teve trocado o *t* pelo *d*, para ser, evidentemente, seu nome assumido com todas as letras: América Ladina.

O posicionamento de Lélia Gonzalez ecoa com outros intelectuais do continente que fizeram a crítica ao modelo colonial e as suas consequências na constituição desta identidade imputada pelo Outro e as ressignificações identitárias e epistêmicas realizadas pelos sujeitos (os) da classe dominada, que questionarão o eurocentrismo e o epistemicídio na consolidação da América Latina, racializando o sistema de branquitude.

Para complementar nossa reflexão, trazemos a colaboração de Souza (2011:29) nesse debate. Segundo esse autor

Desde as suas origens no século XV o conceito América Latina e a identidade latino americana é fonte de diferentes interpretações. Algumas delas presentes na literatura dominante até o século XX foram marcadas por definições equivocadas e até preconceituosas.

O recorte histórico do autor embora seja relevante para demonstrar a disputa no campo discursivo, nos remete a outra reflexão que se refere ao ocultamento da dinâmica local antes da chegada do invasor. Ou seja, antes do Século XV o território identificado como América, tinha outra, ou melhor, outras identidades, que foram renegadas em sua diversidade e civilidade pelo processo colonial.

Na vista do autor, o conceito de América Latina corresponde a uma região que segundo Araújo (apud Souza 2011, p.30) abarca

Mais de 700 milhões de habitantes e envolve ao todo, 12 países da América do sul, 07 América Central e 14 do Caribe, ou seja, os países que abaixo do Rio Grande – rio que separa México dos EUA. Sua superfície total é de 21.000 quilômetros quadrados tendo como idiomas principais o português, o espanhol, o inglês e diversas línguas indígenas.

3 AMÉRICA LATINA: O NÉCTAR ESTRUTURAL DA EXPANSÃO CAPITALISTA EUROPEIA

Historicamente, a América Latina configurou-se território propício para expansão e estruturação do capitalismo industrial europeu. As terras americanas consolidaram um ambiente favorável para implementação de um modelo econômico, cujo objetivo central era a extração de riquezas naturais para a acumulação e reprodução de capital na Europa, associados a mecanismos de exploração e opressão de determinados grupos sociais locais e também dos africanos comercializados pelo tráfico negreiro.

Neste sentido, algumas determinações se apresentam como fundamentais para a inteligibilidade da estruturação do capitalismo no território latino-americano. A primeira a ser apontada é a implantação de sistemas coloniais na América Latina como característica principal de expansão territorial europeia. A segunda, a diáspora Africana e o processo de escravização como forma de imposição e inserção forçada de uma civilização em um novo território dinamizada por influências externas (Europeias). A violência constitutiva desse processo impunha a extinção dos diversos legados civilizatórios através do genocídio em massa. Tal processo, ainda que barrado pelas insurreições e resistências das classes dominadas, promoveu de forma sistemática e sistêmica a anulação de resquícios identitários na composição das formações sociais e, conseqüentemente, uma manipulação na construção de uma estrutura social baseada na dominação a partir da raça (SILVA, 2021), e contraditoriamente, no enfrentamento da política de terror racial. Essa contradição traz como possibilidade de ruptura, a unidade da comunidade negra em diáspora, enquanto projeto transnacional contra ao sistema de supremacia branca e capitalista.

O processo da diáspora negra, caracterizada pelo tráfico atlântico, trouxe para o *novo mundo* africanos de várias etnias, e com seus descendentes constituem, no período pós-colonial, as diferentes nações das Américas. Essa dispersão forçada assegurou para o capitalismo, na fase primitiva, as condições

objetivas para o desenvolvimento de um contexto social estabelecido com profundas desigualdades, promovendo distinções baseadas em hierarquias sociais motivadas pela ideia de raça. Essa racionalidade inaugurada na Modernidade, finca raízes sobre a natureza humana constituída no ocidente, a partir de referências católicas, masculinistas e machistas, cisheteronormativas e, as quais gravitam entre binarismos excludentes, tais como *civilizados* e *selvagens*, povos *desenvolvidos* e *povos primitivos*.

Uma história que esbarra na determinação de se construir identidades nacionais no âmbito dos Estados-Nação baseadas principalmente na herança europeia, e, portanto, eivada de violências, silenciamentos e invisibilidades do legado cultural e da diversidade dos grupos humanos. No Brasil, assim como nos demais países do continente, há participação da população africana e dos povos originários no desenvolvimento econômico, cultural e político dos países latino-americanos, foi negada igualmente o usufruto da riqueza produzida e dos bens simbólicos de forma coletiva.

Ao longo de quase quatro séculos o projeto colonial na América latina universalizou ideais civilizatórios que estabeleceram a superioridade ocidental europeia e a expansão do espaço da modernidade como objetivos de desenvolvimento para os povos dominados, ocultando a contradição entre a universalidade da razão, da liberdade e da igualdade e as violências, escravidões, destruições e mortes perpetradas pelo colonialismo. A submissão a essa racionalidade tem como eixos estruturais a naturalização de uma codificação hierárquica das diferenças entre conquistadores e conquistados resumida na ideia de raças superiores e inferiores e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial, que nas Américas foi sintetizado em um modo de produção baseado no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo (SILVA, 2021, p.46).

Conforme aponta o Professor Kabengele Munanga (2004), na história da humanidade sempre houve a necessidade de categorizar e classificar os entes do mundo. Para este autor a “classificação é um dado da unidade do espírito humano” e, neste sentido, ao longo do seu desenvolvimento, a humanidade sempre utilizou a classificação para distinguir. Mas alerta para o caráter deletério do projeto ocidental sob os grupos humanos dominados

Primeiramente o termo foi aplicado pela Zoologia e pela Botânica para

classificar as espécies animais e vegetais. Posteriormente, a partir de um campo semântico delimitado pelo espaço e tempo, aplicado a classificação dos seres humanos. De acordo com o referido antropólogo

No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que si identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe (MUNANGA, 2004, p.17)

Com efeito, o conceito de raça é polifônico e envolve controvérsias na sua aplicabilidade sociológica, mas é certo que quando se refere aos seres humanos, segundo Almeida (2018) é um fenômeno moderno, que remonta ao século XV. Acrescenta que sua acepção está atrelada a contingências históricas diretamente ligada ao movimento do real, portanto contraditório e por vezes antagônico. Para Almeida (2018, p.20)

Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder, decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Assim a história da raça ou das raças e a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas.

Desse modo, com a exploração de novos territórios pelos europeus e o conseqüente confronto com novos ethos e etnias humanas (ameríndios, as múltiplas etnias africanas, melanésios), à princípio promoveu nos invasores questionamentos sobre a legitimidade da humanidade desses grupos *encobertos* (DUSSEL, 1998) em detrimento das diferenciações no que se refere às características físicas e culturais identificadas (MUNANGA, 2004).

A noção de raça cunhada para diferenciar a espécie humana a partir das diferenças fenotípicas e culturais, também possibilitou a criação de um campo ideológico de poder, que determinou, arbitrariamente, uma raça superior predominante (branca) e "os outros"(não brancos), como eram considerados os povos dominados pelos europeus. Essa base ideológica de classificação humana foi assegurada até o século XVII através da "Teologia e pela Escritura", que tinham o

monopólio da razão e da explicação (MUNANGA, 2004, p. 17). Contudo,

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (QUIJANO, 2005, p. 117).

Neste sentido, o contexto social baseado na estratificação racial, é acompanhado de um processo ideológico constitutivo e proposital de invisibilização da participação efetiva da população negra e dos povos originários nas formações sociais da América Latina, a despeito de suas lutas, como garantia da conservação da estrutura de poder das classes dominantes. Tais estruturas de exploração e opressão expressam o ódio da branquitude contra quaisquer formas de mobilizações em bases raciais

(...) historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p.117).

Ainda segundo MUNANGA (2004, p. 118) “a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”. Após a colonização das Américas, o modelo europeu de dominação espalhou-se pelo mundo, disseminando a perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus”, reforçando antigas práticas de dominação de cunho universalista.

A professora Ana Paula Procópio da Silva (2021) evidencia dimensão relevante da violência racial colonial adotada pelos invasores. Refere-se à identidade imputada aos povos colonizados, destituindo-os da história quanto interpelam suas humanidades e as reduzem a estereótipos negativos. Índigenas, negros, caboclos, mucamas, mulatas algumas destas percorrem as história desses

grupos reforçando naturalização das violências

É nesse contexto que se estabelece a estruturação das raças e sua direta relação com a divisão racial e sexual do trabalho como identidades sociais nas Américas, afirma a autora Lançando mão dos argumentos de Anibal Quijano (apud SILVA, 2021, p.47) afirma que isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial”.

Cristiane Sabino, docente da Universidade Federal de Santa Catarina, expressa que

A análise dos dados sobre a realidade dos/as trabalhadores/as negros e indígenas, ao longo da história do que se entende como desenvolvimento na América Latina, explicita que tal rebaixamento, assentado no monopólio da propriedade da terra e dos meios de produção e mistificado pelo racismo, é a tendência histórica das relações sociais no capitalismo dependente latino-americano (SOUZA, 2021, p. 37-38).

Destarte, esse movimento de construção identitária a partir da divisão social do trabalho e a negação da participação organizativa política da população negra (MOURA, 2021), constitui um esquema de construção ideológica que conformam a inferioridade e a subalternidade como principais traços subjetivos para estruturação da dominação no capitalismo da América Latina.

Ao longo de quase quatro séculos o projeto colonial na América latina universalizou ideais civilizatórios que estabeleceram a superioridade ocidental europeia e a expansão do espaço da modernidade como objetivos de desenvolvimento para os povos dominados, ocultando a contradição entre a universalidade da razão, da liberdade e da igualdade e as violências, escravidões, destruições e mortes perpetradas pelo colonialismo. A submissão a essa racionalidade tem como eixos estruturais a naturalização de uma codificação hierárquica das diferenças entre conquistadores e conquistados resumida na ideia de raças superiores e inferiores e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial, que nas Américas foi sintetizado em um modo de produção baseado no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo (SILVA, 2021, p.46).

No ângulo da construção identitária, a conformação das classes sociais se apodera de um elemento fundamental para a naturalização da exploração do trabalho amparado pela lógica racial no modelo capitalista

(...) ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente

associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se” (QUIJANO, 2005, p. 118).

O deslocamento da estrutura colonial de homens e mulheres negros/as subordinados/as, providenciará a divisão social e racial das relações produtivas na América Latina, além disso, o gênero forja-se no capitalismo como mecanismo de poder. Desse modo, a ideia de raças.

(...) demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p.118).

Para a discussão sobre a intersecção entre raça e gênero, situamos Lugones (2020) ao corroborar com as análises de Quijano (2005) sobre colonialidade do poder no esboço da América Latina. Segundo a autora,

Não é necessário que as relações sociais sejam organizadas em termos de gênero, nem mesmo as relações que se consideram sexuais. Mas, uma vez dada, uma organização social em termos de gênero não tem por que ser heterossexual ou patriarcal. E esse “não ter por que” é uma questão histórica (LUGONES, 2020, p.54).

Sendo assim, Lugones (2020, p. 54) apresenta esse contexto histórico interseccional entre raça e gênero na contemporaneidade como um “sistema moderno/colonial (dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais)”, demonstrando como ocorre o aprofundamento das opressões sociais quando analisadas sob a ótica racial.

A autora ainda apresenta um importante apontamento sobre a intersecção de raça e gênero. Segundo a autora, as categorias mulher e negro não incluem a mulher negra na estruturação do capital já que o significado de *mulher* refere-se a mulher branca e burguesa, e *negro* representa na dinâmica de gênero o homem negro.

Dessa forma, a herança escravista colonial que estrutura o lugar da mulher e do homem negro/a escravizado/a, desempenhará uma função essencial para acumulação e reprodução do capital, na superexploração da força de trabalho

amparada pela ideologização da subalternidade e inferioridade introjetadas durante o processo de escravização. Particularmente, a mulher negra escravizada transitará para a sociedade de classes carregando o estigma da servidão, da submissão, da obrigação do cuidado, do papel reprodutivo e sexual a favor do capital (GONZALEZ, 1984), contraditoriamente, no contexto da luta de classes.

A mulher negra escravizada denominada de mucama, “aquela que cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor”, transporta-se para o capitalismo como a empregada doméstica, profissão “desqualificada” pelo capital para a manutenção das condições propícias de exploração na divisão social (racial e sexual) do trabalho no neocolonialismo do século XX, que propiciem circunstâncias objetivas para acumulação de capital naturalizados pela raça (GONZALEZ, 1984, p.229).

Já o homem negro escravizado, aquele insurgente à violência no colonialismo escravista, é transformado pelo capital no negro perigoso, desumanizado, aquele que deve ser mantido nas condições de superexploração da força de trabalho, ou fora desta, encarcerado pelo “risco que pode causar” a estrutura da classe dominante.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país (GONZALEZ, 1984, p.231).

Esse contexto demonstra como se estrutura o modelo capitalista a partir do elemento raça, dinamizando as relações entre exploradores e explorados no âmbito das relações produtivas à serviço do capital na América Latina e particularmente no território brasileiro. Revelando que a raça é uma construção histórica e social no bojo do desenvolvimento capitalista para conformação das relações de poder, que possui por objetivo maior: a lucratividade.

Desse modo, e somente remetendo-se à história, é possível compreender

como conformam-se elementos centrais na composição das classes sociais, assim como, estes estruturam as relações produtivas, cuja as determinações não podem ser consideradas exclusivamente pelo determinismo econômico. Mas uma elaboração ideopolítica que conduziu a estruturação de sociedades pautadas por desigualdades marcadas por raça e o gênero, compreendendo que estas categorias necessitam de aprofundamento crítico para análise das classes sociais no território Latino-americano.

Por fim, salienta-se a importância de ampliar o debate interseccional, compreendendo que raça, classe e gênero estão imbricados, não devendo ser discutidos de maneira dissociada, acima de tudo, considerando as particularidades das sociedades capitalistas nas análises que constituem a totalidade social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos de uma forma breve demonstrar que origem conceitual do termo América Latina que, ao contrário de um consenso, identificamos uma disputa no terreno discursivo, não exclusivamente, mas também no âmbito político e epistemológico, sobretudo advindo do feminismo latino-americano em suas várias vertentes.

Para Souza (2011) a origem do termo é controversa na literatura, “de modo que não há apenas uma única interpretação, mas sim, diversas” (p.31). Contudo, a nossa intenção foi demonstrar que as análises locais pelas(o) sujeitas(os) buscam desconstruir termos e conceitos “que grande parte da literatura histórica estrangeira contemplava a região a partir de visão negativa e até mesmo discriminatória em relação ao seu povo, sua cultura ou aspectos geográficos” idem (idem).

A partir desse recorte, promovemos nossa reflexão acerca da importância do continente *amefricano* como solo fértil para e da gênese do colonialismo na era Moderna, seguido pela produção e reprodução do capitalismo racial e patriarcal do capitalismo dependente neoliberal. Nesse percurso corpos gendrados e racializados subalternizados não permanecem inertes ao domínio do capital. Insurgem-se contra as estruturas de exploração e opressão desestabilizando a ordem do capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo**. Revista Em Pauta, n. 34, v. 12, p. 131- 154, 2o Semestre de 2014. Disponível em: ><https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086>< Acesso em: 17 de Jan. de 2022.

ALMEIDA, Magali da Silva. Relações raciais no Brasil e políticas coloniais: a presença dos coletivos de Estudantes negros e negras no ensino superior. EURICO, Marcia Campos [Et. al] In **Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. Campinas: Papel Social, 2021. p 167-184.

BARRETO, Felipe Pinheiro. Colonialidade do poder e classificação social. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs) **Epistemologias do Sul**.Coimbra: Edições Almedina, 2009. Resenha. Disponível em <https://barretofp.medium.com/resenha-colonialidade-do-poder-e-classificacao-social-an-adbal-quijano-2b5de0ce864e#:~:text=Esta%20f%C3%A1bula%20cunha%20a%20ideia,tamb%C3%A9m%20os%20%C3%ADderes%20da%20corrida> Acesso em 31 de ago de 2022.

DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, 1984. Disponível em: >https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29< Acesso em 26 de jan. 2022.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara, 2021.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, EDUFF, 2000.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina**. Revista Fim do Mundo, n. 4: jan./abr. 2021 - Capitalismo e Racismo: a práxis negra. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM> Acesso em: 15 de jan. 2022.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP** Macapá, n. 4, p. 29-39, dez. 2011.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. Revista Fim do Mundo, n. 4: jan./abr. 2021 - **Capitalismo e Racismo: a práxis negra** Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11173/7066> Acesso em: 20 de Jan. de 2022.

,